

Justiça gaúcha decreta prisão de indiciados por pesca ilegal

A 1ª Vara Federal de Rio Grande (RS) decretou novamente a prisão preventiva de quatro indiciados por suposta participação em crimes relacionados à pesca ilegal, falsificação de documentos públicos e corrupção. Eles são investigados na chamada operação enredados, que apura o conluio entre empresários e servidores do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os mandados foram cumpridos pela Polícia Federal nessa terça-feira (23/2) em Brasília, Natal, Itajaí (SC) e Belém.

A decisão foi proferida após a interposição de recursos pelo Ministério Público Federal contra a liberdade provisória concedida aos acusados em dezembro do ano passado.

Em sua análise, a magistrada responsável pelo restabelecimento das prisões considerou a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva. Ela entendeu ainda que a medida seria necessária à garantia da ordem pública, da instrução criminal e da aplicação da lei penal.

Operação enredados

As investigações tiveram início em novembro de 2014, a partir de denúncia informando que embarcações estavam obtendo o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira com data retroativa.

As investigações apontaram a existência de três núcleos de uma possível organização criminosa envolvida com pesca ilegal, falsificação de documentos públicos, corrupção ativa e passiva, prevaricação, advocacia administrativa, falsas declarações e emissões de licenças ambientais falsas.

Os grupos seriam compostos de servidores públicos e empresários do setor pesqueiro com sedes no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Distrito Federal e atuação na cidade de Rio Grande e nos estados do Pará e do Rio Grande do Norte.

A forma de atuação dos acusados, segundo o MPF, incluiria a criação de empresas de fachada, cadastradas como de pequeno porte, a fim de obter vantagens tributárias, e à dissimulação de atuações ilegais.

Em outubro de 2015, a Polícia Federal cumpriu 19 mandados de prisão preventiva, 61 de busca e 26 de condução coercitiva em seis estados. Dois meses depois, 12 prisões foram revogadas por decisão de primeira instância, das quais 11 foram revertidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Justiça Federal do RS.*

Date Created

24/02/2016